

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

Processo n.º: 229/2017-e**Origem:** Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF**Assunto:** Representação

Ementa: Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., apontando possíveis irregularidades na Licitação Pública Internacional n.º 001/2015, deflagrada pela Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, referente à contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos e construção de passarelas PS 06 e PS 07 na DF-095/ETCL e da passarela PS 04 na DF-003/EPIA (lote 01). Análise de Admissibilidade. Decisão Liminar n.º 10/2017-P/AT: tomar conhecimento da Representação formulada pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda.; abrir prazo para manifestação da Semob/DF e da empresa Engemil Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda. acerca da exordial; e deferir medida cautelar, determinando-se à jurisdicionada que se abstenha de celebrar o ajuste decorrente do referido certame, até ulterior deliberação plenária. Decisão n.º 26/2017: ratificação da Decisão Liminar n.º 10/17-P/AT. Envio de esclarecimentos pela Semob/DF e pela empresa interessada. Decisão n.º 1.666/2017: considerar parcialmente procedente a Representação formulada pela sociedade empresária AJL Engenharia e Construção Ltda.; com espeque no art. n.º 46 da LC n.º 01/1994, determinar à Semob/DF que adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o Contrato n.º 08/2016, decorrente da Licitação Pública Internacional n.º 001/2015, devendo informar a esta Corte acerca das providências adotadas; dar ciência da decisão aos representantes legais das empresas envolvidas; e autorizar o envio de cópia de peças dos autos à Semob/DF, para subsidiar o cumprimento da diligência em tela, e o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para os devidos fins. Ingresso de Pedido de Reexame. Decisão n.º 2.082/2017: tomar conhecimento do Pedido de Reexame interposto pela sociedade empresária Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda., conferindo efeito suspensivo aos itens II e III da Decisão n.º 1.666/2017. Ofício n.º 002237/2017 - GEAD/IJEG/GAB, da PGDF, dando notícia de liminar deferida no bojo do Mandado de Segurança n.º 2017.00.2.011119-8, suspendendo os efeitos da Decisão Liminar TCDF n.º 10/2017 (referendada pela Decisão n.º 26/2017) e autorizando “o prosseguimento da execução do Contrato n.º 008/2016, assinado em 29.12.2016 e celebrado entre a impetrante e a SERMOB/DF, até o julgamento de mérito da presente ação mandamental”. Expediente protocolado pela empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda., requerendo a desistência do pedido de reexame interposto em face da Decisão n.º 1.666/2017. Decisão n.º 4.339/2017: tomar conhecimento do documento acostado pela empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda.; sobrestar o julgamento do pedido de reexame até a decisão definitiva de mérito do MS n.º 2017.00.2.011119-8 pelo TJDF; manter suspensos os efeitos dos itens II e III da Decisão n.º 1.666/2017, considerando a judicialização da matéria; e autorizar a ciência da decisão aos interessados e o retorno dos autos à Seacomp/TCDF, para adoção das providências cabíveis. Ingresso de nova Representação formulada pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., com pedido de medida cautelar, versando sobre possível descumprimento pela Semob/DF de diligência constante do item III da Decisão n.º 2.082/2017. Decisão n.º 5.587/2017: tomar conhecimento da



Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., versando sobre possível descumprimento, pela Semob/DF, da diligência constante do item III da Decisão n.º 2.082/2017, tendo em conta o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no § 2º do art. 230 do RI/TCDF; com fulcro no art. 277 do RI/TCDF, deferir a medida cautelar requerida na exordial, “inaudita altera pars”, no sentido de determinar à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF que dê efetivo cumprimento à diligência constante do item III da Decisão n.º 2.082/2017, promovendo “a imediata cessação de qualquer ato concernente a continuidade do Contrato nº 08/2016-Semob/DF”, até ulterior deliberação plenária, sob pena das sanções cabíveis; sobrestar o exame de mérito da aludida exordial, até a decisão definitiva de mérito do MS n.º 2017.00.2.011119-8 pelo TJDF; dar ciência desta decisão aos representantes legais das empresas AJL Engenharia e Construção Ltda. e Engemil Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda.; e autorizar (a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Semob/DF, a fim de subsidiar o cumprimento da referida diligência; e o retorno dos autos à Seacom/TCDF, para os devidos fins. Trânsito em julgado, em 25.08.2021, da decisão do STF (que reviu a decisão do TJDF quanto ao MS n.º 2017.00.2.011119-8). Decisão n.º 3.042/2022: tomar conhecimento dos documentos relativos ao Mandado de Segurança MS n.º 2017.00.2.011119-8 TJDF; autorizar o levantamento do sobrestamento dos autos determinado pelo item II da Decisão nº 4.339/2017; considerar, quanto às ações de controle referentes à Decisão nº 4.339/2017, a desistência do pedido de reexame requerida pela empresa ENGEMIL Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda., consoante a peça 147; e autorizar a devolução dos autos ao Conselheiro Relator original. **Nesta fase:** deliberação acerca das medidas alvitadas no § 74 da Informação nº 62/2022-SEGEM. Unidade instrutiva propõe: tomar conhecimento dos documentos relativos ao Mandado de Segurança MS n.º 2017.00.2.011119-8 TJDF, acostados às peças 188 a 210; autorizar o levantamento do sobrestamento dos autos, determinado pelo item III da Decisão nº 5587/17; considerar, quanto ao mérito da Representação acostada à peça 157, que houve a perda do objeto correspondente, decorrente do exaurimento superveniente do contrato a que se refere – Contrato no 008/2016 – Semob/DF, por ocasião do termo final de seu Segundo Termo Aditivo; ordenar, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei Complementar 1/94-DF c/c o art. 269 do Regimento Interno do TCDF, a audiência dos responsáveis indicados na Tabela 1 desta Informação, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa, em face de transgressão aos princípios da vinculação ao edital e ao julgamento objetivo (art. 3º da Lei nº 8.666/93), no âmbito da Licitação Pública Internacional – LPI nº 001/2015, tendo em vista a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 57, II, da Lei Orgânica do TCDF; e autorizar (a) o encaminhamento de cópia da Informação nº 06/2022 – DIGEM3, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Semob/DF, bem como ao Representante de peça 157, e aos responsáveis indicados na Tabela 1 da instrução, e (b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para adoção das providências de sua alçada. Voto convergente com a instrução, com ajuste redacional e acréscimo (também chamar em audiência o titular da Semob/DF destinatário do Ofício n.º 9614/2017-GP, pelo descumprimento da diligência constante do item II da Decisão n.º 5.587/2017, ante a possibilidade da aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Orgânica do TCDF).



RELATÓRIO

Cuidaram os autos, inicialmente, de Representação formulada pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. (e-DOC AFFD9B0F-c), com pedido de cautelar, versando acerca de supostas irregularidades na Licitação Pública Internacional n.º 001/2015, lançada pela Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, para contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos e construção de passarelas PS 06 e PS 07 na DF-095/ETCL e da passarela PS 04 na DF-003/EPIA (lote 01).

A admissibilidade da exordial e o pedido de medida acautelatória foram tratados no bojo da **Decisão Liminar n.º 10/17-P/AT** (e-DOC 5E236266-e), de 10.01.2017, nestes termos:

*“O Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ad referendum do egrégio Plenário, em conformidade com o art. 277 do RI/TCDF, decide: I - **conhecer da Representação protocolada pela empresa AJL Engenharia e Construção, CNPJ 32.913.725/0001-67 (peça 1); II – deferir o pedido cautelar formulado pela representante para fins de determinar à SEMOB/DF que, até ulterior deliberação plenária, se abstenha de celebrar o ajuste decorrente da Licitação Pública Internacional – LPI nº 001/2015; III - conceder prazo de 5 dias úteis à SEMOB/DF e à empresa ENGEMIL, para apresentarem os esclarecimentos quanto ao teor da Representação supracitada; IV - autorizar o(a): a) encaminhamento de cópia do Voto, respectiva Decisão e da Representação (peça 1) à SEMOB/DF e a empresa ENGEMIL para subsidiar suas manifestações; b) ciência da decisão que vier a ser proferida à representante, informando-a de que as futuras tramitações destes autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por e-mail); c) retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, com vistas ao NFO, para os devidos fins”** (grifos acrescidos).*

Tendo sido comunicada da referida decisão liminar, a representante (empresa AJL Engenharia e Construção Ltda.) apresentou novo documento ao Tribunal (e-DOC 4B1A7F2A-c), informando que a jurisdicionada havia procedido à assinatura do ajuste com a empresa Engemil Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda. (**Contrato n.º 08/2016**, cujo extrato¹ foi publicado no DODF de 10.01.2017), visto que a Pasta somente teria sido comunicada da deliberação monocrática em 11.01.2017.

O Tribunal, por unanimidade, referendou o mencionado ato, por intermédio da **Decisão n.º 26/2017** (e-DOC 607CD7A1-e), de 17.01.2017.

¹ “EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2016.

Processo: 090.002.089/2015 - Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E ENGEMIL Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda. Objeto: Contratação de elaboração de projeto executivo e construção das passarelas de nº 6 e 7, na DF-095 (EPCL) e passarela nº 4, na DF-003 (EPIA), do Edital da Licitação Pública Internacional LPI nº 001/2015, com fundamento legal no Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR, celebrado entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para a execução do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - PTU/DF, na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações subsequentes e demais legislações pertinentes à matéria. Valor total em Reais da Contratação: R\$ 6.846.626,51 (seis milhões oitocentos e quarenta e seis mil seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavos) - A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 26.101 - Programa de Trabalho: 26.782.6216.1347.9487 - Natureza da Despesa: 44.90.51 - Fonte de Recursos: 136005080, com empenho no montante de R\$ 2.126.945,61 (dois milhões cento e vinte e seis mil novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e um centavos), conforme Nota de Empenho n.º 2016NE00507, emitida em 25/11/2016, sob o evento n.º 400091, na modalidade Estimativo. Prazo de Vigência: 240 (duzentos e quarenta) dias. Data de Assinatura: 29 de dezembro de 2016. Signatários: Pelo Distrito Federal: Fábio Ney Damasceno e pela Contratada: Matheus Antônio Militão de Menezes.”

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

Em atenção ao item III do citado *decisum*, a empresa Engemil Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda. e a Semob/DF enviaram, em janeiro/2017, esclarecimentos a esta Corte de Contas (e-DOCs A8C43C44-c e C8A856FF-c, respectivamente). Ressalte-se que a Semob/DF informou que, para atender à Decisão Liminar n.º 10/2017-P/AT, abster-se-ia *“de emitir Ordem de Serviço para o início das obras, até o deslinde da questão”*.

No dia 15.03.2017, a Pasta de Estado encaminhou, por meio do Ofício n.º 208/2017 – GAB/Semob e anexos (e-DOC 0E7FE6BB-c), *“aditamento à resposta efetuada por esta Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal - SEMOBSEMOB, em 18 de janeiro do corrente ano, atendendo ao disposto na DECISÃO LIMINAR N.º 010/2017-P/AT”*. Além de reforçar sua visão quanto à regularidade da contratação sob exame, a Semob/DF informou que o prazo para *“finalizar o desembolso dos recursos do Financiamento previsto no Contrato de Empréstimo n.º 1957/OC-BR firmado com Distrito Federal pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID expira em 30 de abril de 2017”*. Ao final do documento, requereu-se a revogação da cautela deferida, para que pudesse dar prosseguimento à execução da obra com a emissão de ordem de serviço.

Naquele mesmo dia, a Segunda Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – 2ª Prodep da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT solicitou (e-DOC A0B0B3BF-c) ao Tribunal informações acerca da existência de procedimento nesta Corte instaurado para apurar irregularidades na condução da Licitação Pública Internacional n.º 001/2015 da Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF. Em atendimento ao pleito, deferiu-se o fornecimento de cópia integral do Processo n.º 229/2017-e (e-DOC 587337F5-c).

Em 29.03.2017, a empresa Engemil protocolou nesta Corte o documento de e-DOC A8B15525-c, intitulado *“elementos adicionais”*, arguindo pela regularidade do certame que resultou na sua contratação.

No dia 04.04.2017, o representante legal da empresa Engemil Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda. ingressou com pedido de sustentação oral (e-DOC C8D413E9-c). No dia 10.04.2017 a empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. ingressou com pedidos de cópia dos autos e de realização de sustentação oral² (e-DOC 2C96A826-c e 2D23CB9D-c).

No dia 17.04.2017, foi protocolado novo documento pela empresa Engemil Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda. (e-DOC 9AB9A641-c), alegando, em suma, que a instrução processual teria se lastreado somente em documentação juntada pela sociedade empresária representante, o que teria *“direcionado indevidamente a instrução e deliberações realizadas, principalmente porque alguns atestados que justificam a regularidade do certame, não constam dos autos”*. Diante disso, a referida empresa requereu o saneamento dos autos, para que fosse juntada cópia integral do Processo Administrativo n.º 090.002.089/2015 ao corrente feito, relativo à licitação em epígrafe.

² Em sede de questão de ordem discutida no Plenário durante a Sessão Ordinária n.º 4.943, de 06.04.2017, acerca da interpretação a ser dada ao disposto no art. 136, § 7º, do novel RI/TCDF (*“É vedado na sustentação oral o acréscimo de razões ou documentos novos, admitido, contudo, o oferecimento de memoriais, com o fim exclusivo de melhor elucidar a matéria”*), o Tribunal considerou ser cabível o exercício de manifestação oral na fase de deliberação de mérito processual, mesmo havendo medida cautelar vigente no feito. Assim, considerando o que estabelece o caput do mencionado dispositivo regimental e em prol dos princípios da ampla defesa e do contraditório, deferiu-se, por intermédio dos Despachos Singulares n.ºs 253/17-GCIM e 270/2017-GCIM (e-DOCs 74D09882-e e 63695B39-e, respectivamente), os pedidos formulados, fixando-se o dia 18.04.2017 para o exercício das sustentações orais requeridas, nos termos do art. 136, § 1º, do Regimento Interno desta Casa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

Na Sessão Ordinária n.º 4.944, de 18.04.2017, após sustentações orais realizadas pelos representantes legais das empresas Engemil³ Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda. (Dr. João Henrique Soares de Holanda) e AJL Engenharia e Construção Eireli (Dr. Wilson Sampaio Shade Filho), esta Corte de Contas prolatou a **Decisão n.º 1.666/2017** (e-DOC FE8F89BA-e), com o seguinte teor:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento: a) dos Ofícios nos 46/2017-GAB/SEMOB e 208/2017-GAB/Semob, remetidos pela Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF (e-DOC C8A856FF-c e 0E7FE6BB-c, respectivamente); b) do documento de e-DOC 4B1A7F2A-c, protocolado pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda.; c) dos documentos de e-DOC A8C43C44-c, E72BA4FF-c e BD844679-c, apresentados pela empresa Engemil Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda.; d) da Nota Técnica n.º 03/2017-NFO (e-DOC 31408DD3-e); e) da Informação n.º 33/2017-3ª Diacomp (e-DOC 3EACF693-e); f) do Parecer n.º 231/2017-CF (e-DOC E7C233A5-e); g) dos demais documentos carreados ao feito; II) considerar **parcialmente procedente a Representação** formulada pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., acerca de irregularidades na condução da Licitação Pública Internacional n.º 001/2015, lançada pela Semob/DF; III) com espeque no art. 46 da Lei Complementar n.º 01/1994, **determinar à Semob/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o Contrato n.º 08/2016-Semob/DF, decorrente da Licitação Pública Internacional n.º 001/2015, em razão das irregularidades e ilegalidades identificadas no mencionado certame, em ofensa aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, expressões do princípio constitucional da isonomia, devendo a jurisdição, no mesmo prazo, informar a esta Corte acerca das providências adotadas;** IV) dar ciência desta decisão aos representantes legais das empresas AJL Engenharia e Construção Ltda. e Engemil Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda.; V) autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Semob/DF, para subsidiar o cumprimento do item III; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, para os devidos fins.” (grifei)*

Inconformada, a empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda. interpôs Pedido de Reexame (e-DOC 87525051-c), em face da Decisão n.º 1.666/2017. O Tribunal, então, mediante a **Decisão n.º 2.082/2017** (e-DOC 22CC5C46-e), de 04.05.2017, assim deliberou quando da admissibilidade do aludido recurso:

“I - conhecer do Pedido de Reexame interposto pela empresa ENGEMIL ENGENHARIA, EMPREENDIMENTOS, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA., conferindo efeito suspensivo aos itens II e

³ Antes de proceder à sustentação oral dos fundamentos de mérito das alegações juntadas aos autos, o Dr. JOÃO HENRIQUE SOARES DE HOLANDA, OAB/DF 36.556, representante legal da empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda., arguiu questão de ordem, consubstanciada na necessidade de reinstrução do processo, sob o fundamento de que foram juntados aos autos, pela empresa AJL Engenharia e Construção Eireli, após a instrução e o parecer do Ministério Público, novos atestados de capacidade técnica.- O Relator, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, esclareceu que tem conhecimento dos documentos mencionados pela defesa e que, à vista da flexibilização a que está submetido o processo administrativo de controle, o que privilegia a busca da verdade material do processo, negou provimento à citada questão de ordem.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

III da Decisão nº 1.666/2017, nos termos dos artigos 34 e 47 da Lei Complementar nº 01/94 c/c o art. 286 do RITCDF; II - dar ciência do teor desta decisão à recorrente e à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB/DF, conforme estabelece o § 2º do artigo 4º da Resolução nº 183/2007, com o alerta de que ainda pende de análise o mérito do referido recurso; III – alertar a Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB/DF de que o efeito suspensivo concedido no item I supra não autoriza a continuidade do Contrato n.º 08/2016-Semob/DF, devendo aguardar o exame de mérito do recurso ora conhecido pelo Tribunal; IV– determinar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para exame do mérito do recurso em apreço e demais providências.” (grifou-se)

No dia 26.04.2017, o Consultor Jurídico da Presidência do TCDF, mediante a Nota n.º 85/2017-CJP (e-DOC 34A2C9D4-e), informou o seguinte:

*“O e. TJDF, por intermédio do ofício referenciado [de n.º 20.672, de 20-04-2017, e-DOC 478A8427-c], comunica-nos a decisão proferida [no dia 19.04.2017] em sede do **Mandado de Segurança em epígrafe [de n.º 2017.00.2.011119-8]**, cujo teor segue, in verbis:*

*“Ante o exposto, **DEFIRO A LIMINAR VINDICADA para suspender os efeitos da Decisão Liminar nº 010/2017 - P/AT, posteriormente referendada pelo Plenário do TCDF por meio da Decisão Plenária n.º 26/2017, ficando autorizado o prosseguimento da execução do Contrato n.º 008/2016, assinado em 29/12/2016 e celebrado entre a impetrante e a SERMOB/DF, até o julgamento de mérito da presente ação mandamental.”**”* (grifos acrescidos)

No dia 05.05.2017, o representante legal da empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda., mediante o expediente constante do e-DOC DF40C1EB-c, requereu “o **sobrestamento do presente processo até o julgamento de mérito do mencionado mandado de segurança**”.

Em 09.06.2017, a empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. apresentou suas contrarrazões recursais (e-DOC 3450C185-c).

No dia 04.08.2017, a empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda., por intermédio de representante legal, mediante a peça eletrônica acostada aos autos na forma do e-DOC 4041765B-c, requereu “a **desistência do Pedido de Reexame interposto contra a Decisão nº 1666/2017**” e “o **consequente arquivamento do processo**”, tendo ponderado, ainda, que

“inexistiu nos autos o chamado efeito suspensivo previsto na Lei Orgânica do TCDF⁴, eis que a decisão desse Tribunal proibiu a execução do contrato nº 008/2016, contrariamente à liminar⁵ concedida pela iminente desembargadora Carmelita Brasil, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.”

⁴ TCDF. Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994. “Art. 47. De decisão proferida em processos concernentes as matérias de que tratam as Seções III e IV deste Capítulo caberá pedido de reexame, que terá efeito suspensivo.”

⁵ Nos autos do mandado de segurança nº 2017.00.2.011119-8.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

O Plenário desta Casa, por meio da **Decisão n.º 4.339/2017** (e-DOC D7245E53-e), de 05.09.2017, assim deliberou acerca do novo expediente protocolado pela empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda.:

“I – tomar conhecimento do documento acostado pela empresa ENGEMIL Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda. (Peça 147); II – sobrestar o julgamento do pedido de reexame até a decisão definitiva de mérito do MS n.º 2017.00.2.011119-8 pelo TJDF; III – considerando a judicialização da matéria, manter suspensos os efeitos dos itens II e III da Decisão n.º 1.666/2017; IV – autorizar: a) a ciência desta decisão aos interessados; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para adoção das providências cabíveis.” (grifos nossos)

No dia 06.10.2017, a empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. protocolou **nova Representação** (e-DOC E41D8ECF-c), com pedido de medida cautelar⁶, versando sobre possível descumprimento pela Semob/DF da diligência constante do item III da Decisão n.º 2.082/2017.

Por meio da **Decisão n.º 5.587/2017** (e-DOC B195C0A7-e), de 16.11.2017, o Plenário, por unanimidade⁷, assim deliberou:

*“I – **tomar conhecimento: a) da Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. (e-DOC E41D8ECF-c), versando sobre possível descumprimento, pela Semob/DF, da diligência constante do item III da Decisão n.º 2.082/2017, tendo em conta o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no § 2º do art. 230 do RI/TCDF; b) da Informação n.º 173/2017-3ª Diacom (e-DOC 025A108E-e); c) do Parecer n.º 1035/2017-CF (e-DOC 952DF5D4-e); II – com fulcro no art. 277 do Regimento Interno do TCDF – RI/TCDF, deferir a medida cautelar requerida na exordial, “inaudita altera pars”, no sentido de determinar à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF que dê efetivo cumprimento à diligência constante do item III da Decisão n.º 2.082/2017, promovendo “a imediata cessação de qualquer ato concernente a continuidade do Contrato n.º 08/2016-Semob/DF”, até ulterior deliberação plenária, sob pena das sanções cabíveis; III – sobrestar o exame de mérito da aludida exordial, até a decisão definitiva de mérito do MS n.º 2017.00.2.011119-8 pelo TJDF; IV – dar ciência desta decisão aos representantes legais das empresas AJL Engenharia e Construção Ltda. e Engemil Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda.; V – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Semob/DF, a fim de subsidiar o cumprimento da diligência constante do item II; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacom/TCDF, para os devidos fins.”** (grifei)*

⁶ No sentido de determinar à Semob/DF “a imediata cessação de qualquer ato concernente a continuidade do Contrato n.º 08/2016-Semob/DF, até que - cumulativamente - (a) haja a decisão definitiva da demanda judicial concernente ao mesmo tema (mencionada na Decisão n.º 4.339/2017, referida no item 3 acima) e (b) haja a conclusão do julgamento por desse TCDF do Pedido de Reexame admitido a tramitação pela Decisão n.º 2.082/2017”.

⁷ Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MP/TCDF, Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausentes os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA e PAIVA MARTINS.



No dia 25.08.2021, houve o trânsito em julgado do Mandado de Segurança n.º 2017.00.2.011119-8; momento em que ocorreu a baixa definitiva dos autos, sendo recebido o processo na origem (TJDFT) em 10.09.2021.

A unidade instrutiva, por meio da Informação nº 6/2022-SEGEM (e-DOC 98DC93E3-e), de 16.03.2022, deu seguimento ao feito.

Na última assentada, esta Corte de Contas, por meio da **Decisão n.º 3.042/2022** (e-DOC 3BCC2B85-e), de 27.07.2022, deliberou sobre o Pedido de Reexame de e-DOC 87525051-c, da seguinte forma:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 6/2022 – DIGEM3; b) do Parecer ministerial nº 353/2022; c) dos documentos relativos ao Mandado de Segurança MS nº 2017.00.2.011119-8 TJDFT, acostados às peças 188 a 210; II – autorizar o **levantamento do sobrestamento dos autos determinado pelo item II da Decisão nº 4.339/2017**; III – **considerar, quanto às ações de controle referentes à Decisão nº 4.339/2017, a desistência do pedido de reexame requerida pela empresa ENGEMIL Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda., consoante a peça 147**; IV – **autorizar a devolução dos autos ao Conselheiro Relator original, a fim de que delibere sobre as medidas alvitadas no § 74 da Informação nº 62/2022⁸-SEGEM.**” (grifos nossos)*

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE INSTRUTIVA

A unidade instrutiva, mediante a Informação nº 6/2022-SEGEM (e-DOC 98DC93E3-e), após contextualizar o feito, manifestou-se acerca da matéria, nestes termos:

“2. ANÁLISE

1. A PRIMEIRA REPRESENTAÇÃO DA EMPRESA AJL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. (PEÇA 3)

22. A empresa demandou ao TCDF que:

I - conheça a presente representação, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade;

II - adote imediata medida cautelar, conforme autorizado pelo art 277 do RITCDF, determinando à Secretaria de Estado da Mobilidade do Distrito Federal que, com relação à LPI nº 001/2015, suspenda todo e qualquer novo ato ou procedimento administrativo referido à sua sequência executória, especificamente abstando-se de homologar e/ou contratar e/ou autorizar o início das obras em favor da empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda., até ulterior manifestação dessa Corte de Contas, para que, oportunamente observado o contraditório e ampla defesa, seja esclarecido o quanto denunciado na presente Representação;

III - em caso de deferimento, como se espera, comunique a medida cautelar à SEMOB/DF com urgência, preferencialmente mediante o email institucional daquela Pasta (“gab@semob.df.gov.br”, conforme informado na epígrafe desta petição) ou com designação de servidor específico dessa

⁸ Na verdade, trata-se da Informação nº 6/2022 – DIGEM3 (e-DOC 98DC93E3-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

Corte de Contas para tal finalidade, tudo na forma do art. 165, caput, I e §4º, do RITCDF;

IV - posteriormente à adoção da providência cautelar e de sua comunicação urgente, conforme referido nos itens precedentes, encaminhe cópia desta Representação (e dos documentos que a instruem) à SEMOB/DF para que dela oficialmente conheça e sobre ela se pronuncie, nos termos do art. 164 do RITCDF; e

V - oportunamente determine a distribuição desta Representação a um dos Conselheiros da Corte, para dar-lhe regular prosseguimento, ultimando, oportunamente, no reconhecimento da nulidade tanto da específica decisão de julgamento recursal notificada pela SEMOB/DF à ora Representante em 28.12.2016 (conforme referido no item 2.5 supra) quanto, de forma mais ampla e contundente, da admissão à habilitação técnica da empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda no bojo da LPI nº 001/2015, pelos fundamentos sumariados nos itens 5/5.5 e 6/6.15 supra).

23. Pela Decisão nº 1666/17 (peça 82, e-doc FE8F89BA-e):

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...)

II) considerar parcialmente procedente a Representação formulada pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., acerca de irregularidades na condução da Licitação Pública Internacional n.º 001/2015, lançada pela Semob/DF;

III) com esboço no art. 46 da Lei Complementar n.º 01/1994, determinar à Semob/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o Contrato n.º 08/2016-Semob/DF, decorrente da Licitação Pública Internacional n.º 001/2015, em razão das irregularidades e ilegalidades identificadas no mencionado certame, em ofensa aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, expressões do princípio constitucional da isonomia, devendo a jurisdicionada, no mesmo prazo, informar a esta Corte acerca das providências adotadas;

(...)

24. Deve-se salientar que as ações de controle externo relativas às irregularidades confirmadas por esta Casa ficaram sobrestadas, em decorrência da judicialização da matéria, ocorrida no âmbito do Mandado de Segurança MS nº 2017.00.2.011119-8 - TJDF impetrado pela empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda. contra deliberações do TCDF determinando a sustação do Contrato nº 008/2016-Semob.

2. A SEGUNDA REPRESENTAÇÃO DA EMPRESA AJL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA. (PEÇA 157)

25. Motivado pelo presumido descumprimento a determinação plenária, a Representante novamente se insurgiu, protocolando nova Representação (peça 157), junto a esta Casa, como esclarece (fl. 2):

Frente ao exposto e tendo em vista que remanesce plenamente hígida - porque jamais afastada ou arrostada por qualquer outra decisão desse mesmo TCDF e/ou por qualquer eventual decisão jurisdicional - a íntegra da Decisão nº 2.082/2017 (referida nos itens 2 e 4 acima), é esta petição, com



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

a correspondente especial solicitação de urgência, para requerer a V. Exa. que, visando cessar a manifesta afronta à autoridade dessa Corte que ora se configura, determine à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB/DF) a imediata cessação de qualquer ato concernente à continuidade do Contrato nº 08/2016-Semob/DF, até que - cumulativamente - (a) haja a decisão definitiva da demanda judicial concernente ao mesmo tema (mencionada na Decisão nº 4.339/2017, referida no item 3 acima) e (b) haja a conclusão do julgamento por desse TCDF do Pedido de Reexame admitido à tramitação pela Decisão nº 2.082/2017.

26. *Em atual fase processual, procede-se – em sendo autorizado o levantamento do sobrestamento dos autos – à análise de mérito dessa segunda Representação da empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. (peça 157)*

3. A JUDICIALIZAÇÃO DA MATÉRIA (SUSTAÇÃO DE CONTRATOS POR TRIBUNAL DE CONTAS)

27. *A empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda. ajuizou Mandado de Segurança no TJDF, MS nº 2017.00.2.011119-8, defendendo que a suspensão contratual determinada pelo TCDF extrapolava as competências dessa Corte.*

28. *A sustação do contrato, determinada pelo item II da Decisão 5587/2017, o qual reiterou os termos do item III da Decisão nº. 2082/2017 foi derrubada pelo julgamento do MS no TJDF.*

29. *A Relatora da ação mandamental, Desembargadora Carmelita Brasil, explicou seu voto pela concessão da Segurança impetrada pela empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda.:*

Contudo, não obstante as posteriores manifestações do TCDF por meio das decisões acima mencionadas, certo é que o julgamento da vertente ação mandamental deve cingir-se, estritamente, ao ato indigitado coator, qual seja, a decisão liminar nº 010/2017 - P/AT, do Presidente do TCDF que, monocraticamente e em caráter cautelar, com posterior ratificação pelo Plenário por meio da Decisão nº. 26/2017, determinou a suspensão da celebração do contrato administrativo nº. 008/2016, decorrente da Licitação Internacional LPI nº. 001/2015, da Secretaria de Estado da Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB/DF para execução de obras públicas viárias no Distrito Federal. Esse é o objeto da impetração e, portanto, é a legalidade desse ato que deve ser examinada nessa sede. Posteriores manifestações do TCDF, ainda que relacionadas ao contrato em questão, devem, se o caso, ser objeto de ação própria.

Feitas essas considerações e consoante a fundamentação anteriormente expendida quando da apreciação da liminar, reitero que, como é cediço, a Lei Orgânica do Distrito Federal contém disposição expressa no sentido de que compete ao Tribunal do Contas exercer o controle externo dos atos da Administração Pública, em decorrência do poder fiscalizatório que lhe é atribuído. Contudo, recaiando a fiscalização sobre contratos, a competência para sustação é conferida à Câmara Legislativa do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

O entendimento acima externado é retirado da exegese dos arts. 71, § 10, da Constituição Federal, e 78, § 10, da LODF. Confira-se:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: (..)

§1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis. (...)

Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal do Contas do Distrito Federal, ao qual compete: (...)

§ 1º No caso do contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

Referido posicionamento se encontra há muito pacificado no seio desta Corte de Justiça, consoante denotam os seguintes precedentes

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. ATERRO SANITÁRIO. SUSTAÇÃO DO CONTRATO. COMPETÊNCIA. ILEGALIDADE DO ATO. O Tribunal de Contas do Distrito Federal tem competência para exercer o controle externo dos atos da Administração Pública, estando, para tanto, imbuído do amplo poder fiscalizatório. Em se tratando de sustação do contrato, a competência é direta da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 78, § 10 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Consoante se verifica da análise empreendida pelo corpo técnico do TCDF quanto ao mérito da representação, os indícios ali apontados pela empresa concorrente não prosperam, não havendo que se cogitar em irregularidades na proposta do impetrante, 4. Segurança concedida." (Acórdão n. 885719, 201400202481 42MSG, Relator: MARIO ZAM BELMIRO CONSELHO ESPECIAL, Data de Julgamento 07/07/2015, Publicado no DJE: 12/08/2015. Pag.: 65)

30. *O Conselho Especial do TJDFT deliberou a respeito e decidiu-se – por unanimidade – de forma favorável à tese da empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda., em prejuízo às determinações do TCDF, relativas à sustação contratual, pela concessão da segurança (peça 205, fl. 4):*

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores do CONSELHO • ESPECIAL do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, CARMELITA BRASIL - Relatora, CRUZ MACEDO – 1º Vogal, WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR – 2º Vogal, HUMBERTO ULHÔA – 3º Vogal, J.J. COSTA CARVALHO – 4º Vogal, SANDRA DE SANTIS – 5º Vogal. ANA MARIA AMARANTE – 6º Vogal, ROBERVAL CASEMIRO BELINATI –

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

7º Vogal, SÉRGIO ROCHA – 8º Vogal, SIMONE LUCINDO – 9º Vogal, JOÃO TIMÓTEO DE OLIVEIRA – 10º Vogal, TEÓFILO CAETANO - 11º Vogal, NILSONI DE FREITAS CUSTODIO - 12º Vogal, JAIR SOARES - 13º Vogal, JOÃO BATISTA TEIXEIRA - 14º Vogal, ALFEU MACHADO - 15º Vogal, SEBASTIÃO COELHO - 16º Vogal, GETÚLIO DE MORAES OLIVEIRA - 17º Vogal, ROMEU GONZAGA NEIVA - 18º Vogal, sob a presidência do Senhor Desembargador ROMÃO C. OLIVEIRA, em proferir a seguinte decisão: AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. REJEITAR A QUESTÃO PRELIMINAR SUSCITADA E, NO MÉRITO, CONCEDER A ORDEM. UNÂNIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas. externo Brasília (DF), 19 de Junho de 2018.

31. *Recorde-se as disposições da LODF⁹ a respeito da divisão de competências, quanto ao controle distrital:*

Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

X - assinar prazo que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, verificada a ilegalidade;

XI - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Legislativa;

(...)

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis. (...)

(sem grifos/negritos, no original)

27. Dessarte, o Conselho Especial do TJDFT, quando da apreciação do mérito do MS n.º 2017.00.2.011119-8, entendeu, utilizando-se de interpretação assentada naquela Casa de dispositivo da LODF, que a sustação de contratos é assunto que exorbita a esfera de competência do TCDF, devendo esse assunto ser definido pela CLDF.

28. Como consequência dessa deliberação jurisdicional, a sustação dos atos relativos ao Contrato n.º 008/2016-Semob, determinada pelo TCDF à Semob/DF deixou de ter efeito, tendo o ajuste seguido seu curso temporal, normalmente. Outra consequência foi que o pedido de sustação contratual demandado na segunda Representação da empresa AJL (peça 157) não pôde ter seguimento.

29. Irresignado, o Tribunal de Contas do DF se insurgiu contra a Deliberação do Conselho Especial do TJDFT. Opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados.

30. Por entender envolver matéria de cunho constitucional – competência dos tribunais de contas – impetrou o TCDF, por intermédio de sua Procuradoria, recurso extraordinário – RE no Supremo Tribunal Federal – STF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

31. *No apelo extremo, com fundamento no art. 102, III, “a”, da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Distrito Federal sustentou o desrespeito aos regramentos constitucionais que tratam das atribuições do Tribunal de Contas da União, de reprodução obrigatória nas Cartas Políticas dos demais entes federados.*

32. *Alegou que “o acórdão recorrido violou frontalmente os artigos 71, IX e § 1º, da Constituição Federal, ao se negar a possibilidade de o Tribunal de Contas do Distrito Federal assinalar prazo para que as autoridades administrativas corrijam as ilegalidades apontadas”.*

33. *Asseverou que “o Tribunal de Contas do Distrito Federal não determinou a anulação do contrato, mas determinou que a Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o Contrato nº 08/2016-Semob/DF, decorrente da Licitação Pública Internacional nº 001/2015, em razão das irregularidades e ilegalidades identificadas no certame”, circunstância que não configuraria usurpação da competência da Câmara Legislativa.*

34. *Não foi admitido o RE, ao argumento de que o exame da tese recursal implicaria, necessariamente, o revolvimento do quadro fático delineado nos autos, vedado pela Súmula 279 do STF.*

35. *O TCDF interpôs, então, Agravo contra a decisão correspondente, onde defendeu a inaplicabilidade, “in casu”, do referido óbice sumular.*

36. *Inicialmente, o Presidente da Suprema Corte, Ministro Luiz Fux, inadmitiu o Recurso Extraordinário, ao argumento de que a análise das razões recursais demandaria exame de legislação infraconstitucional, sendo, portanto, reflexa eventual violação ao texto constitucional, incidindo, no caso, ainda, o óbice previsto na Súmula nº 279/STF.*

37. *Interposto Agravo Interno dessa decisão, o Presidente do STF reconsiderou a decisão anterior, julgou prejudicado o recurso regimental e determinou a distribuição do processo e seu regular prosseguimento.*

38. *No julgamento desse recurso, Agravo em Recurso Extraordinário – ARE 1316577¹⁰, em 25.06.2021, o Ministro Alexandre de Moraes, a quem foram distribuídos os autos, conheceu a peça recursal e – em relação ao mérito do RE – decidiu-se, dando provimento ao Recurso Extraordinário:*

“(…) conheço do Agravo para, desde logo, DAR PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO, PARA DENEGAR A SEGURANÇA. Custas pela impetrante. Sem honorários advocatícios. Publique-se.”

39. *Como fundamento à decisão monocrática, o Ministro Alexandre de Moraes manifestou entendimento diverso ao do TJDFT, e elucidou, informando que o STF já tem deliberado em sentido convergente ao de seu “decisum”.*

40. *Permite-se estender a citação da argumentação de sua lavra, pela relevada importância, relativamente ao escopo de abrangência das atribuições dos tribunais de contas, em sede de medidas*

¹⁰ Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346938441&ext=.pdf>. Acesso em 17.11.2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

cautelares (em síntese, argumenta – quem diz os fins – “in casu”, a Constituição Federal – deve assegurar os meios necessários à persecução daqueles fins, tese que se encontra no fundamento da doutrina constitucional norte-americana dos “inherent powers” – poderes implícitos):

(...) Não subsiste, na presente hipótese, ilegalidade decorrente do exercício do poder geral de cautela pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal. É que o ato questionado encontra-se em consonância com o entendimento desta CORTE no sentido de que não configura ilegalidade ou abuso de poder o ato do TCU que aplique medidas cautelares, porque relacionada com a competência constitucional implícita para cumprimento de suas atribuições, como se depreende do precedente a seguir citado:

“PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.
IMPUGNAÇÃO. COMPETÊNCIA DO TCU.
CAUTELARES. CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA
DE INSTRUÇÃO.

1- Os participantes de licitação têm direito à fiel observância do procedimento estabelecido na lei e podem impugná-lo administrativa ou judicialmente. Preliminar de ilegitimidade ativa rejeitada.

2- Inexistência de direito líquido e certo. O Tribunal de Contas da União tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação, determinar suspensão cautelar (artigos 4º e 113, § 1º e 2º da Lei nº 8.666/93), examinar editais de licitação publicados e, nos termos do art. 276 do seu Regimento Interno, possui legitimidade para a expedição de medidas cautelares para prevenir lesão ao erário e garantir a efetividade de suas decisões.

3- A decisão encontra-se fundamentada nos documentos acostados aos autos da Representação e na legislação aplicável.

4- Violação ao contraditório e falta de instrução não caracterizadas. Denegada a ordem. (MS 24510, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 19/11/2003)” (...)

A 2ª Turma, no MS 33.092 (Rel. Min. GILMAR MENDES, julgado em 24/3/2015), decidiu no mesmo sentido:

“Mandado de Segurança.

2. Tribunal de Contas da União. Tomada de contas especial.

3. Dano ao patrimônio da Petrobras. Medida cautelar de indisponibilidade de bens dos responsáveis.

4. Poder geral de cautela reconhecido ao TCU como decorrência de suas atribuições constitucionais.

5. Observância dos requisitos legais para decretação da indisponibilidade de bens.

6. Medida que se impõe pela excepcional gravidade dos fatos apurados. Segurança denegada.”

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

Portanto, incorporou-se em nosso ordenamento jurídico a pacífica doutrina constitucional norte-americana sobre a teoria dos poderes implícitos – “inherent powers” -, pela qual no exercício de sua missão constitucional enumerada, o órgão executivo deveria dispor de todas as funções necessárias, ainda que implícitas, desde que não expressamente limitadas (Myers v. Estados Unidos US 272 52, 118), consagrando-se, dessa forma, e entre nós aplicável ao Tribunal de Contas da União e, por simetria, aos Tribunais de Contas dos Estados, o reconhecimento de competências genéricas implícitas que possibilitem o exercício de sua missão constitucional, apenas sujeitas às proibições e limites estruturais da Constituição Federal.

(...)

41. *Em 25.08.2021, houve o trânsito em julgado no âmbito desse Mandado de Segurança. Nessa data, ocorreu a baixa definitiva dos autos, sendo recebido o processo na origem (TJDFT) em 10.09.2021.*

4. SITUAÇÃO ATUAL DO CONTRATO SEMOB/ENGEMIL (CONTRATO Nº 008/2016 – SEMOB)

47. *O Contrato nº 008/2016-Semob, cópia disponível em sítio eletrônico¹¹ da jurisdicionada, foi assinado em 29.12.2016 e estabeleceu vigência de 240 dias, a partir da assinatura do Ajuste.*

48. *O Primeiro Termo Aditivo¹² ao Ajuste foi assinado em 25.08.2017, com vigência de 240 dias, a partir da publicação do Termo (DODF de 27.09.2017).*

49. *O Segundo Termo Aditivo¹³ ao Ajuste foi assinado em 17.07.2018, com vigência de 240 dias, a partir da publicação desse Segundo Termo (DODF 141, de 26.07.2018).*

50. *Pesquisa no sistema Siscoex¹⁴ do TCDF, na Base de Dados de Notas de Empenhos, usando-se os parâmetros: UG 200101 – Semob/DF, exercícios de 2016-2021, e credor 04768702000170 - ENGEMIL ENG. EMPREEND. MAN. E INST. LTDA. revelou datas de lançamentos de NEs de 25.01.2016 - 2016NE00003 até 19.12.2018 - 2018NE00459, ou seja, não houve emissão de NEs, pela Semob à empresa Engemil, a partir de 2019, o que é coerente com o encerramento do Contrato nº 008/2016- Semob, após o termo final de seu Segundo Termo Aditivo.*

51. *Ou seja, os dados extraídos do sistema Siscoex-TCDF corroboram o fato que o Contrato focado em correntes autos não mais se encontra ativo, tendo se extinguido, por ocasião do termo final de seu Segundo Termo Aditivo.*

3. DO MÉRITO DA REPRESENTAÇÃO DE PEÇA 157

52. *Como discorrido em item imediatamente anterior, o contrato da Semob/DF com a empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos,*

¹¹ Disponível em: http://editais.st.df.gov.br/contratos/contratossemob/2016/CONTRATON08-2016-ENGEMIL_ENGENHARIA-COMPLETO.pdf. Acesso em 16.11.2021.

¹² Disponível em: <https://www.semob.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/08/1%C2%B0-TERMO-ADITIVO-AO-CONTRATO-N%C2%B0-08-2016.pdf>. Acesso em 16.11.2021.

¹³ Disponível em: <https://www.semob.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/08/2%C2%B0-TERMO-ADITIVO-AO-CONTRATO-N%C2%B0-08-2016.pdf>. Acesso em 16.11.2021.

¹⁴ Disponível em: <https://powerbi-tcdf.msapproxy.net/reports/powerbi/TCDFNET/Siscoex?rs:embed=true>. Acesso em 16.11.2021.



Manutenção e Instalação Ltda. (Contrato nº 008/2016 – Semob) não mais se encontra em vigor, em 2021. Isso acarreta a inviabilidade de ação de controle externo a cargo desta Casa, relativamente aos pedidos insculpidos naquela petição (peça 157).

53. *Dessarte, mostra-se imperativa a extinção do seguimento processual – quanto a esse quesito – sem resolução do mérito (decisão terminativa, não definitiva), pela perda superveniente do objeto da Representação de peça 157, decorrente do exaurimento – ao final de seu Segundo Termo Aditivo – do Contrato nº 008/2016-Semob.*

54. *Em outro giro, o rito processual quanto as irregularidades já apuradas relativas à Licitação Pública Internacional – LPI nº 001/2015-Semob¹⁵ deve ter seguimento, com a oitiva – em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa – dos Responsáveis pela aprovação – em que pese a presença de graves infrações ao regramento legal constituído – do Certame Licitatório “sub examine.*

(...)

5. DA NECESSIDADE DE OITIVA DOS RESPONSÁVEIS PELO CERTAME – LPI Nº 001/2015

57. *Independentemente do fato de o Contrato nº 008/2016-Semob celebrado com a empresa Engemil ter se encerrado, com a perda superveniente do objeto da Representação de peça 157, resta dar seguimento ao rito de responsabilização pelas irregularidades que ocorreram no âmbito da Licitação Pública Internacional – LPI nº 001/2015.*

58. *Recorde-se que a fase de análise e constatação das irregularidades já ocorreu, preteritamente, tendo sido decidido por esta Casa, em item III da Decisão nº 1666/17 (peça 82):*

III) com espeque no art. 46 da Lei Complementar n.º 01/1994, determinar à Semob/DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o Contrato n.º 08/2016-Semob/DF, decorrente da Licitação Pública Internacional n.º 001/2015, em razão das irregularidades e ilegalidades identificadas no mencionado certame, em ofensa aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, expressões do princípio constitucional da isonomia, devendo a jurisdicionada, no mesmo prazo, informar a esta Corte acerca das providências adotadas;

59. *Da Informação nº 33/2017 – DIACOMP3 (peça 35), fls. 5 e 6, extrai-se o seguinte trecho, que minudencia as irregularidades encontradas, no certame licitatório “sub examine”:*

11. Pode-se constatar que, das irregularidades apontadas pela Representação, transcritas no § 2 da presente instrução, subsiste, de fato, apenas a questão referente ao atestado apresentado pela Engemil, relacionado à execução das obras dos Terminais de Ônibus Urbanos do Recanto das Emas I e II, a qual não atende à comprovação da experiência exigida no subitem IAL 5.5 (b) 2.1 do Edital,

¹⁵ Disponível em: <https://www.semob.df.gov.br/licitacoes-2016/> Acesso em 17.11.2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

conforme demonstrado pelo NFO em sua manifestação (Peça 33).

12. Neste sentido, vale rememorar o acertado entendimento do corpo técnico do NFO (Peça 33), transcrito abaixo:

73. Entretanto, deve ser observado também no julgamento das propostas o princípio do julgamento objetivo, ainda que se trate de licitação internacional, nos termos art. 42, § 5º da Lei n.º 8.666/1993². Tal princípio preceitua que o julgamento deve ser baseado em critérios e parâmetros concretos, precisos e previamente estipulados no edital, afastando subjetivismos quando da análise da documentação

74. Assim, aos licitantes é assegurado o conhecimento prévio dos critérios utilizados para o julgamento das propostas, os quais deverão ser claros e objetivos.

75. Importa destacar que a proposta mais vantajosa deve atender ao interesse público, não somente aquela com o menor preço, mas também, e principalmente, a que tiver conformidade com os requisitos impostos pela Administração como necessários à sua elaboração.

76. Além disso, a SEMOB ao fazer a interpretação ampliativa de um dos principais requisitos do edital fere o princípio da isonomia, pois diversos outros interessados em participar do certame podem ter deixado de apresentar propostas acreditando que suas experiências anteriores não seriam suficientes para atender os requisitos do edital.

77. Por essas razões, os requisitos exigidos na habilitação técnica devem ter interpretação estritamente formal e exata, sem nenhum subjetivismo ou ampliação, ou seja, como o edital previa expressamente a comprovação de ter executado uma obra de arte especial em via urbana, a análise da semelhança, admitida no instrumento convocatório, baseada na escala física ou na tecnologia, deveria se restringir apenas a outras obras de arte especiais similares, caso contrário tal exigência não deveria estar no edital.

13. Conforme alertado pela Representante (Peça 13), tendo em vista a assinatura do Contrato correspondente com a empresa Engemil Engenharia, em 10/01/2017, deve-se reputar como irregular a contratação, devendo a Semob adotar as medidas cabíveis para o exato cumprimento da Lei. (...)

60. Tendo sido o Contrato nº 008/2016 - Semob considerado irregular por esta Corte de Contas – por ser consequente de procedimento licitatório ilegal – e não podendo ser, em momento hodierno, anulado, pois aquele já foi executado e se extinguiu, resta chamar em audiência aqueles que deram vazão ao procedimento licitatório eivado de ilegalidades, diante da possibilidade das apenações previstas na LOTCDF.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

61. *Erasmio D'Avila Duarte Filho – Presidente da CPL – classificou a empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda. como 1ª colocada, peça 03, fl. 25, sendo que, pelos fatos apurados em correntes autos, deveria ter sido – ao revés – inabilitada a participar do certame. O ato do Responsável ocorreu ao arrepio dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do princípio do julgamento objetivo*¹⁶.

62. *Marcos de Alencar Dantas – Secretário da Semob/DF – homologou o resultado do certame*¹⁷ e adjudicou o objeto da licitação, peça 3, fl. 27, em que pese as irregularidades/ilegalidades existentes – já noticiadas – no procedimento licitatório.

63. *Diante do exposto, é de rigor chamar em audiência os responsáveis indicados em Tabela 1 a seguir, bem como em Matriz de Responsabilização que acompanha a corrente Informação, para exercerem, diante desta Corte, seus direitos à defesa e ao contraditório, tendo em vista a eventualidade de sanção alicerçada no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994 c/c o art. 272, inciso II, do RI/TCDF.*

TABELA 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

NOME	CPF
Marcos de Alencar Dantas (Secretário da Semob)	115.512.671-87
Erasmio D'Avila Duarte Filho (Presidente da CPL)	096.777.801-82

6. CARACTERIZAÇÃO DE DOLO/ERRO GROSSEIRO, PARA APENAÇÃO, SEGUNDO A LINDB

64. *O art. 28 da LINDB assim prescreve:*

Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

65. *A respeito do dolo, preleciona Guilherme de Souza Nucci*¹⁸:

Tradicional e legalmente, reputa-se o crime doloso, “quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo”, e culposo, “quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia” (art. 18, CP). Nessa linha, considera-se dolo direto, quando o agente quis o resultado, e dolo eventual, quando o agente assumiu o risco de produzi-lo.

Noutra perspectiva, o denominado dolo direto representa um querer ativo retilíneo, sem desvio ou tergiversação, focando exatamente o resultado almejado. Se “A” quer matar “B”, exerce todos os atos necessários para o incremento de seu íntimo objetivo, capacitando-se para atingir o resultado e assim fazendo. Objetiva e subjetivamente, cometeu um homicídio.

Entretanto, o dolo eventual ou indireto produz um querer ativo inflexivo e sinuoso, focando determinado resultado, mas sendo

¹⁶ Lei 8666/93. Art.3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

¹⁷ Disponível em: <https://www.semob.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/10/LPI-N%C2%BA-001-2015-AVISO-DE-HOMOLOGA%C3%87%C3%83O-E-ADJUDICA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em 11.03.2022.

¹⁸ Curso de Direito Penal. Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense, 2017. Págs. 173 e 174.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

capaz de visualizar outro (ou outros), aderente ao principal, como decorrência lógica do primeiro, o qual chega a ignorar, embora ciente, ou mesmo a assimilar, em nítido desdém. Se “A” quer dirigir seu veículo em alta velocidade para chegar mais cedo ao seu local de trabalho, conforme as vias percorridas e a situação vivenciada, embora focando a aproximação ao seu destino, tem plena condição de captar os flashes de racionalidade e experiência de seu espírito, demonstrativos de resultado diverso, constituído de acidente com lesão a seres humanos. Esse resultado secundário é ignorado ou assumido como irrelevante (note-se que há clara vontade de fazê-lo, vale dizer, ânimo de ignorar ou desdenhar). O desprezo pela vida humana, quando concretizado por atos do agente, significa vontade de matar, simbolizada de maneira tortuosa, mas eficiente. Objetiva e subjetivamente, cometeu um homicídio.

A culpa em sentido estrito, como elemento subjetivo do crime, apresenta contorno semelhante ao dolo eventual. E quanto maior a proximidade, tanto mais complexa é a missão do operador do direito de separá-la, atribuindo-lhe a denominação de culpa consciente. A maior distância do querer ativo inflexivo em relação à ignorância ou assunção do risco de gerar o resultado fomenta a denominação de culpa inconsciente.

66. *Ora, no caso em tela, não se consegue caracterizar, de forma adequada, a presença de comportamento doloso, por parte dos Responsáveis.*

67. *Quanto à conceituação de erro grosseiro, veja-se o excerto de artigo¹⁹ publicado por Alcir Moreno da Cruz e Mauro Borges:*

(...)

A nosso ver, o art. 28 da LINDB igualou, para fins de exercício da pretensão punitiva estatal em face do gestor, o grau de exigência da culpabilidade requerida para o parecerista jurídico, assentado no Mandado de Segurança 24.631/DF/STF de relatoria do Ministro Joaquim Barbosa. Conforme já defendíamos em artigo anterior, advogamos que o erro grosseiro consiste basicamente na inobservância dos mais singelos deveres objetivos de cuidado, em modalidades graves de imperícia, de imprudência e de negligência averiguadas obviamente no caso concreto.

(...)

Nesse sentido, é a distinção que a Lei Orgânica do TCU (Lei 8.443/92) faz entre a responsabilidade pela reparação do dano e a responsabilidade para fins de sanção, senão vejamos:

Art. 19. Quando julgar as contas irregulares, havendo débito, o Tribunal condenará o responsável ao pagamento da dívida atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe a multa prevista no art. 57 desta Lei, sendo o instrumento da decisão considerado título executivo para fundamentar a respectiva ação de execução.

Parágrafo único. Não havendo débito, mas comprovada qualquer das ocorrências previstas nas alíneas a, b e c do inciso III, do art. 16, o

¹⁹ “O erro grosseiro e a abrangência do art. 28 na LINDB”. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-14/opiniao-artigo-28-lindb-questao-erro-grosseiro> Acesso em 11.03.2022.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 229/2017-e

Tribunal aplicará ao responsável a multa prevista no inciso I do art. 58, desta Lei.

Em resumo, sustentamos neste artigo que, independentemente da definição que venha a ser atribuída ao termo “erro grosseiro”, o alvo ou campo de incidência do art. 28 da LINDB consiste no Direito Sancionador, não devendo ser confundido com os requisitos para a imputação de débitos a pessoas jurídicas ou naturais em face do dever de ressarcimento ao erário, sob pena de fusão indevida de sistemas jurídicos diversos.

68. Observe-se, ainda, o artigo²⁰ de Camila Rodrigues, “A Definição do Conceito de Erro Grosseiro pelo Tribunal de Contas da União”:

A Lei 13.655/2018 acrescentou ao art. 28, da LINDB, a exigência de demonstração de dolo ou erro grosseiro para a responsabilização de agentes públicos.

O texto da Lei enviado para sanção presidencial continha a definição de erro grosseiro de forma excludente²¹. Contudo, o mencionado dispositivo foi vetado sob a justificativa de existência de insegurança jurídica pela discricionariedade conferida ao administrador para agir com fundamento em sua própria convicção²².

Manteve-se, assim, a indefinição legislativa do conceito de erro grosseiro.

Na tentativa de conceituar o erro grave, o Plenário do Tribunal de Contas da União tem proferido acórdãos reiterando o posicionamento doutrinário do parâmetro do erro grosseiro pela conduta do homem médio e aprofundado os esclarecimentos sobre tal conduta.

Em casos mais recentes, os Ministros têm proferido votos e declarações de voto equiparando o erro grosseiro à culpa grave e estabelecendo que se trata de uma grave inobservância do dever de cuidado.

No voto condutor do Acórdão 2.391/2018 – Plenário, o Ministro Benjamin Zymler apresentou a definição de erro leve e erro grave. O erro leve só poderia ser percebido com diligências extraordinárias e acima do normal. Por sua vez, o erro grosseiro “é o que poderia ser percebido por pessoa com diligência abaixo do normal, ou seja, que seria evitado por pessoa com nível de atenção aquém do ordinário, consideradas as circunstâncias do negócio”.

O TCU não se limitou à definição doutrinária de erro grosseiro pela inobservância da conduta do homem médio. Houve um esclarecimento do nível esperado da conduta do agente ao analisar as circunstâncias do negócio. (...)

Os Ministros têm se preocupado em aprofundar a conceituação e definir o erro grosseiro de forma mais palpável.

²⁰ Disponível em: <https://www.justen.com.br/pdfs/IE144/IE144-Camila-TCU-erro-grosseiro-na-LINDB.pdf> Acesso em 11.03.2022.

²¹ “§ 1º Não se considera erro grosseiro a decisão ou opinião baseada em jurisprudência ou doutrina, ainda que não pacificadas, em orientação geral ou, ainda, em interpretação razoável, mesmo que não venha a ser posteriormente aceita por órgãos de controle ou judiciais.”

²² “A busca pela pacificação de entendimentos é essencial para a segurança jurídica. O dispositivo proposto admite a desconsideração de responsabilidade do agente público por decisão ou opinião baseada em interpretação jurisprudencial ou doutrinária não pacificada ou mesmo minoritária. Deste modo, a propositura atribui discricionariedade ao administrado em agir com base em sua própria convicção, o que se traduz em insegurança jurídica.”

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Proc.: 229/2017-e

Portanto, o atual entendimento do TCU é pela existência do erro grosseiro quando a conduta se distancia do esperado do administrador sem que este tenha que agir de forma extraordinária. Ainda, há a ressalva da necessidade de avaliação de tal conduta em cada caso.

69. *Em outro giro, pode-se estabelecer – além da dúvida razoável (“beyond a reasonable doubt”) as ações/omissões dos Responsáveis, como pertencentes à categorização de erros grosseiros, tendo em vista que o suposto “elastecimento” dos critérios do Edital não poderia ter ocorrido, mormente em um certame internacional, sem os devidos cuidados daqueles em relação à “Lei Interna do Certame Licitatório”. Constata-se, em função disso, a caracterização de comportamento, ao menos, negligente, o que não poderia ter ocorrido em certame dessa magnitude.*

7. DO PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NA DECISÃO NORMATIVA Nº 05/2021 - TCDF

70. A Decisão Normativa nº 05/2021 - TCDF²³ dispõe:

Art. 1º As pretensões punitiva e de ressarcimento ao erário do Tribunal de Contas do Distrito Federal prescrevem em 5 (cinco) anos contados:

I – da data da prática do ato ou ocorrência do fato;

II – da data do conhecimento do fato pela Administração Pública do Distrito Federal, se desconhecida a data da prática do ato ou ocorrência do fato;

III – no caso de infração ou ato danoso permanente ou continuado, do dia em que tiver cessado;

IV – da data final para a prestação de contas, nas hipóteses de recursos repassados na forma de suprimento de fundos ou transferidos mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição.

Art. 2º Interrompe-se a prescrição de que trata o art. 1º:

I – pela citação, comunicação de audiência ou notificação, inclusive por meio de edital;

II – por qualquer ato inequívoco que importe apuração do fato, adotado por parte da Administração Pública do Distrito Federal ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal;

III – pela decisão condenatória recorrível proferida pelo Tribunal que aplique sanção ou impute débito ao responsável;

IV – por qualquer ato inequívoco que importe em manifestação expressa de tentativa de solução conciliatória no âmbito interno da Administração Pública do Distrito Federal ou do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 3º Suspende-se a prescrição de que trata o art. 1º:

I – a prorrogação de prazo concedida para apresentação de razões de justificativa, defesa ou recurso;



II – a apreciação de fatos novos ou elementos adicionais de defesa trazidos pelo responsável ou interessado;

III – o sobrestamento determinado pelo Tribunal em decorrência de questão prejudicial, conexa ou idêntica em apuração na esfera judicial ou em trâmite no TCDF;

IV – o parcelamento administrativo até a sua efetiva quitação ou o seu vencimento antecipado por interrupção do recolhimento.

(sem grifos/negritos, no original)

71. *Observem-se as datas apresentadas a seguir:*

- *Erasmus D'Avila Duarte Filho – Presidente da CPL – classificou a empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda. como 1ª colocada, peça 03, fl. 25 (DODF de 24.08.2016);*
- *Marcos de Alencar Dantas – Secretário da Semob/DF – homologou o resultado do certame e adjudicou o objeto da licitação, peça 3, fl. 27, em que pese as irregularidades/ilegalidades existentes no procedimento licitatório (02.09.2016);*
- *por meio da Decisão Liminar de 10.01.2017, entre outras coisas, o Relator conheceu de Representação protocolada pela empresa AJL Engenharia e Construção, a respeito das irregularidades informadas em correntes autos;*
- *pela Decisão nº 26/2017, de 17.01.2017, o Tribunal, por unanimidade, referendou a Decisão Liminar mencionada;*
- *Decisão nº 1666/2017, de 18.04.2017, determinou medidas saneadoras à Semob/DF.*

72. *Dessarte, evidencia-se que, em que pesem os fatos irregulares terem ocorrido em agosto/setembro de 2016, houve atos inequívocos do TCDF que importaram apuração dos fatos, em 2017, em consonância com o inciso II do art. 2º da Decisão Normativa nº 05/2021 – TCDF, ou seja, em outro giro, não houve exaurimento do prazo prescricional, posto que interrompido, até o presente momento.” (destaques do original)*

Ante o exposto, sugeriu-se²⁴ ao e. Plenário:

“I. *tomar conhecimento:*

a) *desta Informação;*

b) *dos documentos relativos ao Mandado de Segurança MS n.º 2017.00.2.011119-8 TJDFT, acostados às peças 188 a 210;*

II. *autorizar o levantamento do sobrestamento dos autos, determinado pelo item III da Decisão nº 5587/17 (peça 171);*

III. *considerar, quanto ao mérito da Representação acostada à peça 157, que houve a perda do objeto correspondente, decorrente do exaurimento superveniente do contrato a que se refere – Contrato no 008/2016 – Semob/DF, por ocasião do termo final de seu Segundo Termo Aditivo;*

²⁴ § 74 da Informação nº 6/2022 – DIGEM3.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

IV. *ordenar, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei Complementar 1/94-DF c/c o art. 269 do Regimento Interno do TCDF, a audiência dos responsáveis indicados na Tabela 1 desta Informação, para que apresentem – no prazo de 30 (trinta) dias – razões de justificativa, em face de transgressão aos princípios da vinculação ao edital e ao julgamento objetivo (art. 3º da Lei nº 8.666/93), no âmbito da Licitação Pública Internacional – LPI nº 001/2015, tendo em vista a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 57, II, da Lei Orgânica do TCDF;*

V. *autorizar:*

- a) o encaminhamento de cópia desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, bem como ao Representante de peça 157, e aos Responsáveis indicados na Tabela 1 de corrente peça instrutiva;*
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade para a adoção das providências de sua alçada.”*

As sugestões formuladas na instrução mereceram a concordância do Diretor da Terceira Divisão de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – 3ª Digem/TCDF e do titular da Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem/TCDF (e-DOCs 98DC93E3-e e CB968202-e, respectivamente).

É o relatório.



VOTO

Na última assentada, o Plenário desta Casa, mediante a **Decisão n.º 3.042/2022**, dentre outras medidas, autorizou a devolução dos autos ao Conselheiro Relator original, a fim de que delibere sobre as medidas alvitradas no § 74 da última instrução²⁵ do corpo instrutivo, reproduzidas a seguir:

- “I. tomar conhecimento:
 - a) desta Informação;
 - b) dos documentos relativos ao Mandado de Segurança MS n.º 2017.00.2.011119-8 TJDF, acostados às peças 188 a 210;*
- II. autorizar o levantamento do sobrestamento dos autos, determinado pelo item III da Decisão n.º 5587/17 (peça 171);*
- III. considerar, quanto ao mérito da Representação acostada à peça 157, que houve a perda do objeto correspondente, decorrente do exaurimento superveniente do contrato a que se refere – Contrato n.º 008/2016 – Semob/DF, por ocasião do termo final de seu Segundo Termo Aditivo;*
- IV. ordenar, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei Complementar 1/94-DF c/c o art. 269 do Regimento Interno do TCDF, a audiência dos responsáveis indicados na Tabela 1 desta Informação, para que apresentem – no prazo de 30 (trinta) dias – razões de justificativa, em face de transgressão aos princípios da vinculação ao edital e ao julgamento objetivo (art. 3o da Lei no 8.666/93), no âmbito da Licitação Pública Internacional – LPI n.º 001/2015, tendo em vista a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 57, II, da Lei Orgânica do TCDF;*
- V. autorizar:
 - a) o encaminhamento de cópia desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, bem como ao Representante de peça 157, e aos Responsáveis indicados na Tabela 1 de corrente peça instrutiva;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade para a adoção das providências de sua alçada.”*

Antes de deliberar acerca das sugestões aventadas pelo corpo instrutivo, considero necessário contextualizar o presente feito.

Os presentes autos foram constituídos para tratar, inicialmente, da **Representação** de e-DOC AFFD9B0F-c, de 05.01.2017, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., que apontou possíveis irregularidades na Licitação Pública Internacional n.º 001/2015, deflagrada pela Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, referente à contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos e

²⁵ Informação n.º 6/2022 – DIGEM3 (e-DOC 98DC93E3-e).



construção de passarelas PS 06 e PS 07 na DF-095/ETCL e da passarela PS 04 na DF-003/EPIA (lote 01).

Por meio da **Decisão Liminar n.º 10/2017-P/AT**²⁶, de 10.01.2017 (posteriormente referendada pela **Decisão n.º 26/2017**²⁷, de 17.01.2017), conheceu-se da exordial, fixou-se prazo para manifestação da Semob/DF e da empresa Engemil Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda. (vencedora do certame) acerca dos fatos representados e deferiu-se medida cautelar, determinando à jurisdicionada que se abstenha de celebrar o ajuste decorrente do referido certame, até ulterior deliberação plenária.

Após o envio de esclarecimentos pela Semob/DF e pela empresa interessada, o Tribunal, mediante a **Decisão n.º 1.666/2017**²⁸, de 18.04.2017, considerou, no mérito, parcialmente procedente a Representação de e-DOC AFFD9B0F-c, e determinou à Semob/DF, com espeque no art. 46 da LC n.º 01/1994, que adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o Contrato n.º 08/2016, decorrente da Licitação Pública Internacional n.º 001/2015, devendo informar a esta Corte acerca das providências adotadas.

Em 28.04.2017, a empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda. ingressou Pedido de Reexame (e-DOC 87525051-c) em face da deliberação plenária supracitada.

Por meio da **Decisão n.º 2.082/2017**, de 04.05.2017, o Tribunal tomou conhecimento do referido recurso, conferindo efeito suspensivo aos itens II e III da Decisão n.º 1.666/2017, e alertou a Semob/DF *“de que o efeito suspensivo concedido (...) não autoriza a continuidade do Contrato n.º 08/2016-Semob/DF, devendo aguardar o exame de mérito do recurso ora conhecido pelo Tribunal”*.

No dia 12.05.2017, a PGDF, mediante o Ofício n.º 002237/2017²⁹ - GEAD/IJEG/GAB, deu notícia de liminar deferida no bojo do **Mandado de Segurança n.º 2017.00.2.011119-8**, suspendendo os efeitos da Decisão Liminar TCDF n.º 10/2017 (referendada pela Decisão n.º 26/2017) e autorizando *“o prosseguimento da execução do Contrato n.º 008/2016, assinado em 29/12/2016 e celebrado entre a impetrante e a SERMOB/DF, até o julgamento de mérito da presente ação mandamental”*.

A empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda., então, requereu³⁰, no dia 04.08.2017, a desistência do Pedido de Reexame interposto em face da Decisão n.º 1.666/2017.

Em 05.09.2017, por intermédio da **Decisão n.º 4.339/2017**³¹, esta Casa tomou conhecimento do documento acostado pela empresa Engemil, sobrestou o julgamento do pedido de reexame até a decisão definitiva de mérito do MS n.º 2017.00.2.011119-8; e manteve suspensos os efeitos dos itens II e III da Decisão n.º 1.666/2017, considerando a judicialização da matéria.

²⁶ e-DOC 5E236266-e

²⁷ e-DOC 607CD7A1-e

²⁸ e-DOC FE8F89BA-e

²⁹ e-DOC 0AD5BE9A-c

³⁰ e-DOC 4041765B-c

³¹ e-DOC D7245E53-e

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

No dia 05.10.2017, a empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. ingressou nova **Representação** (e-DOC E41D8ECF-c), com pedido de medida cautelar, versando sobre possível descumprimento pela Semob/DF da diligência constante do item III da Decisão n.º 2.082/2017.

Por meio da **Decisão n.º 5.587/2017**³², de 16.11.2017, o Plenário tomou conhecimento da Representação, deferiu a medida cautelar requerida na exordial, com fulcro no art. 277 do RI/TCDF, no sentido de determinar à Semob/DF que dê efetivo cumprimento à diligência constante do item III da Decisão n.º 2.082/2017, promovendo “a imediata cessação de qualquer ato concernente a continuidade do Contrato nº 08/2016-Semob/DF”, até ulterior deliberação plenária, sob pena das sanções cabíveis, e sobrestou o exame de mérito da aludida exordial, até a decisão definitiva de mérito do MS n.º 2017.00.2.011119-8 pelo TJDF.

Assim, restavam sobrestados, no aguardo da decisão definitiva de mérito do Mandado de Segurança n.º 2017.00.2.011119-8, os exames de mérito: (a) do Pedido de Reexame interposto pela empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda. (de e-DOC 87525051-c), tendo em conta o disposto no item II da Decisão n.º 4.339/2017; e da Representação de e-DOC E41D8ECF-c, nos termos do item III da Decisão n.º 5.587/2017.

No dia 25.08.2021, houve o trânsito em julgado da Decisão proferida pelo i. Ministro do Alexandre de Moraes, do eg. Supremo Tribunal Federal, exarada no Agravo em Recurso Extraordinário – ARE 1316577/DF³³, que reviu o posicionamento do TJDF no Mandado de Segurança n.º 2017.00.2.011119-8, tendo em conta o entendimento de que “*não subsiste, na presente hipótese, ilegalidade decorrente do exercício do poder geral de cautela pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal*” e por reconhecer “*ao TCDF a possibilidade de adotar medidas cautelares*”, a fim de garantir “*o exercício pleno de suas atribuições*”.

Em razão disso, mediante a **Decisão n.º 3.042/2022**³⁴, de 27.07.2022, o Tribunal, ao se debruçar sobre o Pedido de Reexame interposto pela empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda., autorizou o levantamento do sobrestamento dos autos determinado pelo item II da Decisão n.º 4.339/2017, considerou a desistência do recurso de e-DOC 87525051-c e autorizou a devolução dos autos ao Conselheiro Relator original, para deliberação acerca das medidas alvitadas no § 74 da Informação n.º 6/2022 – DIGEM3.

Feita essa breve síntese dos principais fatos ocorridos nestes autos, adianto que acolho, com pequeno ajuste redacional e acréscimo, o encaminhamento aventado pelo corpo instrutivo; motivo pelo qual adoto, como razão de decidir, os fundamentos constantes da Informação n.º 6/2022 – DIGEM3.

Inicialmente, esclareço que não se mostra necessário o conhecimento da Informação n.º 6/2022 – DIGEM3 e “*dos documentos relativos ao Mandado de Segurança MS n.º 2017.00.2.011119-8 TJDF, acostados às peças 188 a 210*”, uma vez que tal medida já foi adotada por intermédio do item I da Decisão n.º 3.042/2022.

³² e-DOC B195C0A7-e

³³ Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15346938441&ext=.pdf>

³⁴ e-DOC 3BCC2B85-e



Por outro lado, cabe levantar o sobrestamento do exame de mérito da Representação de e-DOC E41D8ECF-c (peça 157), determinado por meio do item III da Decisão n.º 5.587/2017, ante o trânsito em julgado do Mandado de Segurança n.º 2017.00.2.011119-8. Inclusive, recorro que o sobrestamento levantado por meio do item II da Decisão n.º 3.042/2022 se restringiu à determinação constante do item II da Decisão n.º 4.339/2017.

Quanto ao mérito da Representação de e-DOC E41D8ECF-c, lembro que o pedido formulado pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda. visava *“cessar a manifesta afronta à autoridade dessa Corte que ora se configura (...) concernente à continuidade do Contrato n.º 0812016-Semob/DF, até que - cumulativamente - (a) haja a decisão definitiva da demanda judicial concernente ao mesmo tema (mencionada na Decisão n.º 4.339/2017, referida no item 3 acima) e (b) haja a conclusão do julgamento por desse TCDF do Pedido de Reexame admitido a tramitação pela Decisão n.º 2.082/2017”*.

Com o exaurimento do Contrato n.º 008/2016-Semob/DF, *“por ocasião do termo final de seu Segundo Termo Aditivo”*, não há outro encaminhamento a ser adotado senão **considerar “que houve a perda do objeto correspondente”**, em harmonia com o propugnado pela 3ª Digem/TCDF.

Nada obstante, cabe promover a **audiência** dos responsáveis indicados na Tabela 1 da Informação n.º 6/2022 – DIGEM3 (Srs. Marcos de Alencar Dantas, então Secretário da Semob/DF, e Erasmão D'Ávila Duarte Filho, Presidente da CPL), para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, razões de justificativa, em face de transgressão aos princípios da vinculação ao edital e ao julgamento objetivo (art. 3º da Lei n.º 8.666/1993), no âmbito da Licitação Pública Internacional – LPI n.º 001/2015, tendo em vista a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 57, inciso II, da Lei Orgânica do TCDF.

Em **acréscimo**, considero necessário também chamar em audiência o Sr. Fábio Ney Damasceno (titular da Semob/DF destinatário³⁵ do Ofício n.º 9614/2017-GP), para apresentar razões de justificativa em face do descumprimento da diligência constante do item II da Decisão n.º 5.587/2017, ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Orgânica do TCDF.

Vale lembrar que, em que pese haver decisão judicial no âmbito do Mandado de Segurança n.º 2017.00.2.011119-8 à época da prolação da Decisão n.º 5.587/2017, possibilitando à Semob/DF a dar continuidade ao Contrato n.º 008/2016, este Relator, mediante voto de e-DOC 92CF8A85-e (condutor da aludida deliberação plenária), salientou que *“a liminar concedida pelo Poder Judiciário teve por base tão somente o teor da Decisão Liminar n.º 10/17-P/AT e da posterior decisão que somente ratificou a referida deliberação monocrática (Decisão n.º 26/2017)”*, não tendo abrangido *“o deliberado por esta Corte de Contas por intermédio das Decisões n.ºs 1.666/2017 (de 18.04.2017), 2.082/2017 (de 04.05.2017) e 4.339/2017 (de 05.09.2017)”*.

Por esse motivo, deferiu-se a medida cautelar requerida na Representação de e-DOC E41D8ECF-c, com fulcro no art. 277 do Regimento Interno do TCDF – RI/TCDF, determinando (item II da Decisão n.º 5.587/2017)

³⁵ e-DOC DF84CDB8-e

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

*“à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF que dê efetivo cumprimento à diligência constante do item III da Decisão n.º 2.082/2017, promovendo **a imediata cessação de qualquer ato concernente a continuidade do Contrato nº 08/2016- Semob/DF**, até ulterior deliberação plenária, sob pena das sanções cabíveis” (grifei).*

Em amor ao debate, peço licença para reproduzir as considerações que motivar a prolação da liminar supracitada:

“Ao compulsar os autos, esclareço que o meu posicionamento é convergente com o propugnado pela Seacomp/TCDF e pelo Parquet especial, à exceção da proposta de abertura de prazo para oitiva das partes, ante a judicialização da matéria, e com acréscimos.

(...)

*O primeiro **acréscimo** que faço decorre da constatação de que a Representação em comento abrange pedido de liminar, cabendo ao Plenário, portanto, deliberar acerca do pleito nesta assentada, em que pese a 3ª Diacom/TCDF ter informado em seu “check-list” que não haveria pedido de medida cautelar (encaminhamento acolhido pelo Parquet especial, que deixou de tecer qualquer consideração acerca dessa questão).*

A fim de reforçar meu posicionamento, trago à baila o pedido formulado pela empresa AJL Engenharia e Construção Ltda., constante do e-DOC E41D8ECF-c:

“5. Frente ao exposto e tendo em vista que remanesce plenamente hígida - porque jamais afastada ou arrostada por qualquer outra decisão desse mesmo TCDF e/ou por qualquer eventual decisão jurisdicional - a íntegra da Decisão no 2.082/2017 (referida nos itens 2 e 4 acima), é esta petição, com a correspondente especial solicitação de urgência, para requerer a V. Exa. que, visando cessar a manifesta afronta a autoridade dessa Corte que ora se configura, determine a Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB/DF) a imediata cessação de qualquer ato concernente a continuidade do Contrato nº 08/2016-Semob/DF, até que - cumulativamente - (a) haja a decisão definitiva da demanda judicial concernente ao mesmo tema (mencionada na Decisão nº 4.339/2017, referida no item 3 acima) e (b) haja a conclusão do julgamento por desse TCDF do Pedido de Reexame admitido a tramitação pela Decisão nº 2.082/2017.” (grifos do original)

Assim, quanto à medida liminar pleiteada na exordial, no sentido de que se determine à Semob/DF “a imediata cessação de qualquer ato concernente a continuidade do Contrato nº 08/2016-Semob/DF”, até ulterior deliberação plenária, passo a tecer as seguintes considerações.

Inicialmente, lembro que, para adoção da ação acautelatória prevista no art. 277 do Regimento Interno deste Tribunal, faz-se necessária a observação, simultânea, dos seguintes requisitos: “fumus boni iuris” e “periculum in mora”.

Conforme relatado inicialmente, o item III da Decisão n.º 2.082/2017 alertou a Pasta de Estado que a “continuidade do Contrato n.º 08/2016-Semob/DF” não estava autorizada. Porém,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

segundo consta da exordial, a empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda. teria dado início às obras alusivas ao Contrato n.º 08/2016, conforme fotografias acostadas aos autos relativas à construção das passarelas PS 06 e PS 07 na DF-095/ETCL.

Tal inobservância seria, em um primeiro momento, suficiente para caracterizar a plausibilidade jurídica do pleito.

No entanto, o deslinde da questão deve ser examinado levando em consideração a medida liminar proferida pela i. Desembargadora do TJDF, Dr^a. Carmelita Brasil, no bojo do Mandado de Segurança n.º 2017.00.2.011119-8, em 19.04.2017 (comunicada ao Tribunal em 24.04.2017, por meio do e-DOC 478A8427-c), que suspendeu

*“os efeitos da Decisão Liminar n.º 010/2017 - P/AT, posteriormente referendada pelo Plenário do TCDF por meio da Decisão Plenária n.º 26/2017, ficando **autorizado o prosseguimento da execução do Contrato n.º 008/2016**, assinado em 29/12/2016 e celebrado entre a impetrante e a SERMOB/DF, até o julgamento de mérito da presente ação mandamental.” (grifos nossos)*

A fim de contextualizar a matéria, peço vênias para transcrever, na íntegra, a aludida decisão judicial:

“Vistos etc.,

Engemil - Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda. impetrou o presente Mandado de Segurança, com pedido de liminar, contra ato do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, consubstanciado na decisão liminar n.º 010/2017 - P/AT, que, monocraticamente e em caráter cautelar, com posterior retificação pelo Plenário por meio da Decisão n.º 26/2017, determinou a suspensão da celebração do contrato administrativo n.º 008/2016, decorrente da Licitação Internacional - LPI n.º 001/2015, da Secretaria de Estado da Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB/DF para execução de obras públicas viárias no Distrito Federal.

A impetrante aduz, em suma, que se sagrou vencedora no certame, tendo assinado, em 29/12/2016, o contrato n.º 008/2016, com publicação do respectivo extrato no DODF em 10/01/2017.

Reporta que uma das licitantes vencidas, AJL Engenharia e Construção Civil EIRELI, representou junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal e questionando a legalidade e lisura do procedimento licitatório, alegou faltade acesso à fundamentação que negou provimento ao recurso administrativo por ela interposto, inexistência de tratamento isonômico na fase de habilitação dos licitantes e, ainda, ausência de capacidade técnica da ora impetrante, notadamente quanto a alguns itens específicos do Edital.

Salienta, todavia, que as alegações apresentadas em tal representação são desprovidas de respaldo, carecendo de argumentação fática e jurídica e que, portanto, não existiriam elementos para a concessão da medida, em caráter cautelar, pela Corte de Contas. No ponto, destaca que a capacidade técnica da impetrante, mormente quanto à construção de passarelas com estrutura metálica, restou suficientemente demonstrada e que o preço oferecido pela licitante vencedora é extremamente vantajoso para a Administração.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

Sustenta, outrossim, que o contrato já havia sido assinado, sendo certo, pois, que o Tribunal de Contas do DF, por intermédio de ato praticado pelo seu Presidente, usurpou competência que não lhe pertence ao decidir pela suspensão do contrato administrativo em andamento, em desrespeito aos arts. 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal e 71, § 1º, da Constituição Federal. Destaca, no particular, que a prerrogativa de suspender contratos firmados entre particulares e a Administração Pública é assegurada ao Poder Legislativo Distrital.

Pondera, ainda, que a desclassificação da impetrante, após assinatura do contrato, enseja inegáveis prejuízos aos cofres públicos.

Salienta a presença dos requisitos para a concessão da medida liminar, aduzindo que a verossimilhança das alegações está consubstanciada na ausência de competência do TCDF para sustar contrato administrativo e que o risco de dano grave materializa-se ante a constatação de que o serviço licitado é de necessidade pública, não se podendo, ainda, desconsiderar que a impetrante já imobilizou capital e pessoal para a execução dos serviços, sendo-lhe, pois, inegáveis os prejuízos pela não realização das obras contratadas.

Por derradeiro, requer a confirmação da liminar e a concessão definitiva da ordem, para que seja declarada ilegal a Decisão Liminar nº 010/2017 - P/AT, posteriormente referendada pelo Plenário do TCDF por meio da Decisão Plenária nº 26/2017, assegurando ao impetrante o direito de prosseguir com a execução do contrato firmado.

É a síntese do necessário. Decido.

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por Engemil - Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda. contra ato do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, consubstanciado na decisão liminar nº 010/2017 - P/AT, que, monocraticamente e em caráter cautelar, com posterior retificação pelo Plenário por meio da Decisão nº 26/2017, determinou a suspensão da celebração do contrato administrativo nº 008/2016, decorrente da Licitação Internacional - LPI nº 001/2015, da Secretaria de Estado da Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB/DF para execução de obras públicas viárias no Distrito Federal.

Dispõe, o art. 7º, inciso III da Lei nº 12.016/09, que o deferimento da liminar em sede de mandado de segurança exige fundamento relevante, e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

Em análise perfunctória, verifico que a concessão da liminar pleiteada é medida que se impõe. Vejamos.

Prefacialmente, importa ressaltar que, consoante disposição expressa contida na Lei Orgânica do Distrito Federal, compete ao Tribunal de Contas exercer o controle externo dos atos da Administração Pública, em decorrência do poder fiscalizatório que lhe é atribuído. Contudo, recaiando a fiscalização sobre contratos, a competência para sustação é conferida à Câmara Legislativa do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

Esse é o regramento contido no art. 78, incisos XI e §1º, in verbis:

Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

XI - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Legislativa;

(...)

§ 1º No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Legislativa, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 2º Se a Câmara Legislativa ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas previstas no parágrafo anterior, o Tribunal decidirá da questão.

Dessa forma, no caso dos autos, se torna patente a ilegalidade do ato acoimado coator ante a extrapolação da competência do TCDF.

Com efeito, na hipótese ora delineada, a decisão liminar do Presidente da Corte de Contas foi proferida em 10/01/2017, deferindo o pedido cautelar formulado pela licitante que oferecera a representação para determinar à SERMOB/DF que, até ulterior deliberação plenária, se abstivesse de celebrar o ajuste decorrente da Licitação Internacional - LIP n.º 001/2015 (fl. 27/verso); a. decisão foi referendada pelo Plenário no dia 17/01 subsequente, por meio da Decisão Plenária n.º 26/2017 (f 1. 30).

Não obstante, o contrato fora assinado 29/12/2016 (fls. 126/145), em data pretérita, portanto, à determinação oriunda da Corte de Contas, devendo ser destacado, ainda, que a publicação do extrato respectivo ocorreu na Imprensa Oficial justamente na data em que proferida a decisão apontada como ato coator.

Assim, cientificada da decisão da Corte de Contas para que não celebrasse o contrato, a SERMOB/DF informou que, tendo em vista que o instrumento que materializa a avença fora 'firmado previamente à Decisão Liminar n.º 10/2017 - P/AT, a referida Secretaria, como forma de dar efetividade à determinação, se absteria de emitir Ordem de Serviço para o início das obras.

Considerando que a prerrogativa de suspender contratos firmados entre particulares e a Administração Pública é assegurada ao Poder Legislativo Distrital, à luz do disposto no art. 78, § 1º, da LODF, tem-se, num juízo de cognição horizontal, própria do vertente estágio processual, que, de fato, o ato emanado da Corte de Contas carece substrato jurídico passível de lhe conferir sustentação.

Demais disso, impende ressaltar que carecem de respaldo as alegações apresentadas na representação aviada pela licitante que não se sagrou vencedora no certame, alegações essas que teriam servido de lastro às decisões do TCDF ora questionadas.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

Isso porque, ao menos numa análise perfunctória, inerente à essa fase de cognição sumária, parece não ter havido a alegada violação à isonomia suscitada na indigitada representação na fase de habilitação; além disso, ao que tudo indica, houve o adequado exame do recurso administrativo interposto pela licitante vencida, o qual foi fundamentadamente improvido, e, ainda, dos documentos de informação reunidos, infere-se que à licitante vencedora, ora impetrante, ao contrário do alegado, ostenta, sim, qualificação técnica na forma exigida pelo Edital que rege o certame.

Ante o exposto, **DEFIRO A LIMINAR VINDICADA** para suspender os efeitos da Decisão Liminar nº 010/2017 - P/AT, posteriormente referendada pelo Plenário do TCDF por meio da Decisão Plenária n.º 26/2017, ficando autorizado o prosseguimento da execução do Contrato n.º 008/2016, assinado em 29/12/2016 e celebrado entre a impetrante e a SERMOB/DF, até o julgamento de mérito da presente ação mandamental.

Intimem-se, com as observações constantes da Lei n.º 12.016, de 07/08/2009.

Notifique-se a autoridade coatora acerca do presente writ, enviando-lhe a 2ª via, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações.

Atenda-se ao disposto no inciso II do art. 7.º da Lei n.º 12.016/2009, a fim de que a d. Procuradoria Geral do Distrito Federal seja cientificada.

Após, à d. Procuradoria de Justiça.

P.I.

Brasília, 19 de abril de 2017.” (grifos do original)

A leitura da decisão interlocutória exarada no âmbito do MS 2017.00.2.011119-8 permite concluir que a liminar concedida pelo Poder Judiciário teve por base tão somente o teor da Decisão Liminar n.º 10/17-P/AT e da posterior decisão que somente ratificou a referida deliberação monocrática (Decisão n.º 26/2017).

Vale destacar, inclusive, que a Decisão n.º 1.666/2017, que determinou à Semob/DF a adoção das “medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o Contrato n.º 08/2016-Semob/DF, decorrente da Licitação Pública Internacional n.º 001/2015”, foi exarada 1 (um) dia antes de a i. Desembargadora do TJDF se manifestar liminarmente, não tendo sido, porém, citada/contemplada na mencionada decisão interlocutória.

Pode-se afirmar, portanto, que a cautelar exarada no bojo do mandado de segurança não abrangeu o deliberado por esta Corte de Contas por intermédio das Decisões n.ºs 1.666/2017 (de 18.04.2017), 2.082/2017 (de 04.05.2017) e 4.339/2017 (de 05.09.2017).

Tanto é que a i. Desembargadora Carmelita Brasil recentemente determinou, mediante despacho proferido em 28.09.2017, nova manifestação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, antes do julgamento do mérito da ação judicial protocolada pela empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda., em razão das decisões plenárias proferidas pelo TCDF após a impetração do mandado de segurança, bem como do pedido formulado pela Procuradoria-Geral do Distrito



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

Federal – PGDF no sentido de ampliar a “liminar mandamental às posteriores decisões do TCDF”, conforme se verifica a seguir:

“Engemil – Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalações Ltda. impetrou o presente Mandado de Segurança, com pedido de liminar, **contra ato do Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal, consubstanciado na decisão liminar nº 010/2017 – P/AT**, que, monocraticamente e em caráter cautelar, **com posterior retificação pelo Plenário por meio da Decisão n.º 26/2017**, determinou a suspensão da celebração do contrato administrativo n.º 008/2016, decorrente da Licitação Internacional – LPI n.º 001/2015, da Secretaria de Estado da Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB/DF para execução de obras públicas viárias no Distrito Federal. Nos termos da decisão de fls. 189/191, defiro a liminar vindicada para suspender os efeitos da Decisão Liminar nº 010/2017 – P/AT, posteriormente referendada pelo Plenário do TCDF por meio da Decisão Plenária n.º 26/2017, ficando autorizado o prosseguimento da execução do Contrato n.º 008/2016, assinado em 29/12/2016 e celebrado entre a impetrante e a SERMOB/DF, ao fundamento de que, recaiando a fiscalização sobre contratos, a competência para sustação é conferida à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Após a apreciação da liminar, vieram as informações da d. autoridade indigitada coatora, além de ter sido noticiado pela impetrante, em duas oportunidades, o não cumprimento da decisão liminar pela Corte de Contas. Ainda, foi formulado, pela AJL Construção Ltda., sociedade empresarial que foi segunda colocada no procedimento licitatório no qual a impetrante sagrou-se vencedora, pedido para que fosse admitida como assistente, bem assim fosse reconsiderada a liminar deferida em favor da impetrante, restando ambos os pleitos indeferidos. **Compulsando-se os elementos de informação reunidos, constata-se que, após a impetração, à qual, como já delimitado, se dirigiu à Decisão Liminar nº 010/2017 – P/AT, posteriormente referendada pelo Plenário do TCDF por meio da Decisão Plenária n.º 26/2017, a Corte de Contas proferiu mais outras duas decisões: (i) Decisão n.º 1666/2017, de 18/04/2017, determinando à SEMOB a adoção das medidas necessárias à anulação do Contrato n.º 008/2016; (ii) Decisão n.º 2082, de 04/05/2017, que suspendeu o anterior comando da Decisão n.º 1666, advertindo que o referido efeito suspensivo não autorizaria a continuidade do contrato. Encaminhados os autos à d. Procuradoria de Justiça, essa referendou entendimento externado por essa relatoria quando da apreciação da liminar, no sentido de ser incompetente a Corte de Contas para determinar a sustação de contrato administrativo, porém, **opinou pela denegação a segurança, aduzindo, em suma, que a Decisão n.º 1666/2017 do TCDF foi acertada ao determinar que a SEMOB adotasse as medidas necessárias à anulação do Contrato n.º 008/2016.** Contudo, após o Parecer Ministerial, houve sucessivas manifestações das partes, inclusive da PGDF, postulando a ampliação da liminar mandamental às posteriores decisões do TCDF e, por fim, a notícia, por parte da impetrante, no sentido de que a Corte de Contas determinou a suspensão dos itens II e III da Decisão n.º 1666/2017, a qual, justamente, foi referendada pela d. Procuradoria de Justiça. Diante dessas constatações, **reputo relevante que seja novamente oportunizada a manifestação do Ministério Público, antes do julgamento do mérito.** Encaminhem-se, pois, os autos, à**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

d. Procuradoria de Justiça. Em após, tornem conclusos. P.I. Brasília, 28 de setembro de 2017. Carmelita Brasil Relatora” (grifos nossos)

Apesar de haver pedido da PGDF para que sejam ampliados os efeitos da liminar mandamental às posteriores decisões do TCDF, pode-se verificar que, até o presente momento, não há qualquer decisão judicial nesse sentido. Permanecem hígidas e válidas, portanto, até então, as deliberações plenárias desta Corte de Contas.

Diante de todo o exposto e amparado no princípio da independência das instâncias, considero caracterizado o “fumus boni iuris”.

Da mesma forma, entendo que o perigo da demora também resta presente, tendo em conta que as fotografias juntadas à exordial indicam que as obras objeto do Contrato n.º 08/2016 (ou parte delas) foram iniciadas.

*Nesse sentido, cabe **deferir a medida cautelar requerida na exordial**, “inaudita altera pars”, com fulcro no art. 277 do Regimento Interno do TCDF – RI/TCDF, no sentido de determinar à Semob/DF que dê efetivo cumprimento à diligência constante do item III da Decisão n.º 2.082/2017, promovendo “a imediata cessação de qualquer ato concernente a continuidade do Contrato n.º 08/2016-Semob/DF”, até ulterior deliberação plenária, sob pena das sanções cabíveis.” (Fonte: voto de e-DOC 92CF8A85-e)*

Por fim, cabe dar ciência da Decisão que vier a ser proferida à representante (empresa AJL Engenharia e Construção Ltda.), à empresa Engemil Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda. e à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, bem como autorizar o envio de cópia deste Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser exarada aos responsáveis a serem chamados em audiência, a fim de subsidiar suas manifestações.

Ante o exposto, em harmonia com a unidade instrutiva, com o ajuste redacional e acréscimo que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

- I. levante o sobrestamento do exame de mérito Representação de e-DOC E41D8ECF-c, determinado pelo item III da Decisão n.º 5.587/2017, ante o trânsito em julgado do Mandado de Segurança n.º 2017.00.2.011119-8;
- II. considere que houve a perda de objeto da Representação de e-DOC E41D8ECF-c (peça 157), decorrente do superveniente esgotamento do Contrato n.º 008/2016 – Semob/DF, por ocasião do termo final de seu Segundo Termo Aditivo;
- III. ordene, com fundamento no art. 43, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994 c/c o art. 269 do Regimento Interno do TCDF, a audiência dos responsáveis indicados a seguir, para que apresentem razões de justificativa, no prazo de 30 (trinta) dias, tendo em vista a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso II, da Lei Orgânica do TCDF:
 - a) Sr. Marcos de Alencar Dantas (então Secretário da Semob/DF), em face de transgressão aos princípios da vinculação ao edital e ao julgamento objetivo (art. 3º da Lei



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 229/2017-e

- n.º 8.666/93), no âmbito da Licitação Pública Internacional – LPI n.º 001/2015, quando da homologação do resultado do certame e adjudicação do objeto da licitação;
- b) Sr. Erasmo D'Avila Duarte Filho (Presidente da CPL à época dos fatos), em face de transgressão aos princípios da vinculação ao edital e ao julgamento objetivo (art. 3º da Lei n.º 8.666/1993), no âmbito da Licitação Pública Internacional – LPI n.º 001/2015, mediante classificação da empresa Engemil Engenharia, Empreendimentos, Manutenção e Instalação Ltda. como 1ª colocada, sendo que deveria ter sido inabilitada a participar do certame;
- c) Sr. Fábio Ney Damasceno (titular da Semob/DF destinatário do Ofício n.º 9614/2017-GP), em face do descumprimento da diligência constante do item II da Decisão n.º 5.587/2017;
- IV. dê ciência da Decisão que vier a ser proferida à representante (empresa AJL Engenharia e Construção Ltda.), à empresa Engemil Engenharia, Manutenção e Instalação Ltda. e à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF;
- V. autorize:
- a) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser exarada aos responsáveis relacionados no item III anterior, a fim de subsidiar suas manifestações;
- b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para adoção das providências de sua alçada.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2021

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator